



TCC/UNICAMP
M317e
IE

Emprego - São Paulo (Estado)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

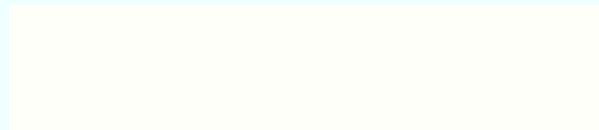
VINÍCIUS CARLOS ALVES MANOEL

CEDOC - IE - UNICAMP

A evolução do emprego formal no estado de São Paulo entre 2004-2009

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Anselmo Luís dos Santos



Campinas

2010

TCC/UNICAMP
M317e
1290005286/IE

2011/0005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

VINÍCIUS CARLOS ALVES MANOEL

**A evolução do emprego formal no estado de São Paulo
entre 2004-2009**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Anselmo Luís dos Santos

Campinas

2010

Sumário

Sumário	3
Agradecimentos	4
Resumo	5
Introdução	6
Capítulo 1: A recuperação do mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2009.	10
1.1. A economia brasileira durante o governo Lula.	10
1.2. O movimento no mercado de trabalho brasileiro.	17
Capítulo 2: A evolução do emprego formal no Estado de São Paulo.	22
3. Considerações Finais	36
Referências	39

Agradecimentos

Gostaria de primeiramente agradecer a Deus pelo seu imenso amor e cuidado pela minha vida, por me dar a oportunidade de estudar numa universidade tão conceituada como a Unicamp. Quero agradecer a minha família (meus pais, meus irmãos e a Kátia) por todo carinho e incentivo, vocês são essenciais para minha vida. Quero dizer que sou muito grato pelos grandes professores que tive na universidade. E por último agradecer aos grandes amigos que estiveram ao meu lado nesses anos de graduação.

Resumo

Nos anos 1990, com o advento das políticas neoliberais - de liberalização comercial e financeira, privatização das empresas estatais e concessão dos serviços de utilidade pública -, o Brasil passou por um período de forte desestruturação do mercado de trabalho, em que com o baixo crescimento econômico e a reduzida capacidade de investimento do Estado, acentuou-se o desemprego e houve uma piora das condições de trabalho. No início dos anos 2000, com a retomada das exportações, o país passou a gerar mais empregos, tomando, esse movimento, um formato mais expressivo a partir de 2004 com o aumento das taxas de investimento, do consumo interno e do crescimento do Produto Interno Bruto. As melhorias recentes no mercado de trabalho se expressaram principalmente no aumento do emprego formal, e este estudo procurou analisar as características dessa expansão do emprego formal no estado de São Paulo, no período 2004-2009.

Introdução

O Brasil acelerou de modo relevante a taxa de crescimento do produto interno, nos últimos anos, com exceção para o ano de 2009, devido aos reflexos da crise financeira mundial. Os reflexos para o mercado de trabalho, do aumento nas taxas de investimento, expansão do crédito e da renda, e, por conseqüência, do crescimento econômico, foram extremamente benéficos. Após isto, o país passou por diversas alterações no mercado de trabalho, apresentando redução das taxas de desemprego, aumento da formalização dos contratos de trabalho, retomada do emprego em estabelecimentos de grande porte, intensificação da fiscalização ao trabalho sem registro em carteira, elevação substantiva do valor real do salário mínimo, ganhos reais nas negociações coletivas. Esse movimento geral do mercado de trabalho, atualmente, contrasta fortemente em relação ao ocorrido durante a década de 1990.

Nos anos 1990, a economia brasileira passou por um período de forte desestruturação, resultado do processo de liberalização comercial e financeira, do processo de privatização das empresas estatais e da concessão dos serviços de utilidade pública a iniciativa privada. A entrada mais acentuada de capitais externos (investimento direto, aplicações no mercado de capitais, e empréstimos externos) e o saldo comercial acumulado no início da década contribuíram para que, com a valorização da moeda nacional em relação ao dólar, a estabilização monetária pudesse ser alcançada. Além disso, esses fatores permitiram ganhos de capital para quem tinha acesso ao dinheiro estrangeiro. Entretanto, juntamente com a rápida liberalização comercial, a mesma valorização cambial, levou a uma maior competição com os produtos importados, prejudicando a produção local, que, por sua vez, passou por uma tendência de desintegração das cadeias produtivas e um processo de racionalização nas empresas, dificultando a geração de empregos. A manutenção de altas taxas de juros, por parte do governo, em vias de manter a entrada de capitais e a taxa de câmbio valorizada, provocou a elevação da dívida pública, o que aliada às privatizações, inviabilizou grandemente a capacidade de investimento público e privado. Deste modo, o país manteve baixas taxas de crescimento anuais e mudanças estruturais adversas a geração de emprego, que

contribuíram para a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro (Baltar, 2003; Baltar, 2006).

Os reflexos da atividade econômica desde o início dos anos 90 foram fortemente negativos para o mercado de trabalho brasileiro. No período, houve um crescimento da população economicamente ativa, com destaque para o aumento da taxa de participação das mulheres, e para a redução da taxa participação dos jovens. No entanto, ocorreu um forte aumento das taxas de desemprego, principalmente entre os jovens. Ademais, ficou explicitada a baixa elasticidade produto-emprego¹ na década. O ritmo de crescimento do emprego foi mais lento que no passado, com o emprego nas grandes empresas da indústria de transformação, construção civil, serviços de utilidade pública diminuindo significativamente. Com o processo de racionalização das empresas, houve uma ampliação da terceirização das atividades. Além disso, reduziu-se a geração de empregos nas grandes empresas, onde a possibilidade de formalização do emprego é muito maior, e aumentou a ocupação nas pequenas e médias empresas e do trabalho por conta própria². Em suma, não houve uma ampliação significativa do emprego que fosse capaz de absorver o crescimento da população economicamente ativa, e que incorresse no aumento da participação do emprego formal (Baltar et al., 2006, p. 4-5).

A partir de 1999, em resposta à desvalorização cambial, as exportações começaram a ganhar fôlego, induzindo a uma pequena melhora no mercado de trabalho. A política econômica, não obstante, seguiu o programa de metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante, privilegiando a manutenção da estabilização monetária. A execução do programa de metas de inflação continuou exigindo taxas de juros em patamares muito altos. A dívida pública, por consequência da manutenção dos juros altos e da desvalorização cambial, se elevou ainda mais. Isso porque parte da dívida pública era indexada ao câmbio. Assim, passou-se a utilizar os superávits primários nas contas do governo com a finalidade de evitar o aumento desproporcional da dívida pública. Mesmo com o

1 O conceito de “elasticidade” envolve a relação entre as diferentes quantidades de oferta e procura de certas mercadorias, em função das alterações verificadas em seus respectivos preços. Aqui esse conceito se aplica na relação entre a variação do emprego e do produto interno da economia.

2 Entendemos como emprego formal os empregos com registro em carteira de trabalho e regidos sob a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou sob o Estatuto dos Servidores Públicos.

modesto crescimento do produto interno no início dos anos 2000, com os impactos do aumento das exportações e elevação mais suave das importações, a ocupação passou a crescer no ritmo do produto industrial, atrelada na expansão do emprego formal. Além disso, ao contrário do movimento observado na década de 1990, as médias e grandes empresas passaram a ter um peso crescente no mercado de trabalho. Porém, mesmo assim, o desemprego diminuiu relativamente pouco (Baltar et al., 2006).

O crescimento econômico, que havia começado com a melhora nas exportações, consolidou-se, a partir de 2004, com o aumento do consumo e do investimento. As sucessivas desvalorizações do real levaram a amortização de grande parte da dívida externa, concentrando os empréstimos externos no financiamento dos exportadores. A conjuntura internacional, na medida em que se expandiu o comércio mundial, favoreceu a economia brasileira. O país passou a receber maior entrada de capital estrangeiro, facilitando a colocação de títulos de dívida e de propriedade das empresas nacionais no mercado financeiro. Com a entrada de recursos, apesar da redução do saldo em transações correntes, o país conseguiu acumular reservas internacionais, o que por sua vez não impediu que o câmbio entrasse numa trajetória de valorização, ajudando a reduzir a inflação (Baltar et al., 2010).

Os acréscimos da ocupação, do emprego formal, do rendimento do trabalho, da transferência de renda, do aumento real do salário mínimo, resultaram em importante elevação da renda das famílias. Ocorreu expansão do estoque de crédito na economia, saindo de um patamar de 24,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2004 para 45% no final de 2009, com essa expansão do crédito sendo impulsionada pela elevação dos prazos, queda dos juros nominais, e pela mudança na legislação que passou a permitir o crédito consignado. O crescimento da renda das famílias e do crédito favoreceu a expansão do consumo e do investimento (Baltar et al., 2010). O país vem alcançando expressivas taxas de crescimento nos últimos anos, 6,1% em 2007 e 5,1% em 2008, com exceção de 2009 devido aos impactos da crise financeira internacional, em que teve um recuo do PIB de 0,2%. Deste modo, ampliou-se o consumo de bens duráveis, as empresas investiram na ampliação da capacidade de produção, e o Estado retomou o investimento em infra-estrutura.

O movimento favorável da economia refletiu positivamente no mercado de

trabalho. Elevou-se o peso deste na absorção das pessoas ativas, diminuiu o desemprego, e se configurou um quadro de maior elasticidade produto emprego. Na estrutura ocupacional, foi reduzido o peso do emprego informal, e do trabalho por conta própria, e se expandiu o emprego formal de modo cada vez mais acelerado, em todos os setores. Quanto aos rendimentos, ocorreu uma expressiva recuperação do rendimento médio do trabalho, principalmente nos setores de atividade em que este é menor do que a média geral da economia. Isso refletiu a importância da política de aumento do salário mínimo. A recuperação da renda média teve impacto no aumento da massa total de rendimentos do trabalho, e contribuiu, na medida em que atingia as piores ocupações, para a redução das desigualdades dos rendimentos. Deste modo, configurou-se nos últimos anos um contexto de crescimento do PIB e tendência de recuperação do mercado de trabalho, principalmente de expansão do emprego formal.

Considerando a importância da recuperação do emprego formal para a estruturação do mercado de trabalho brasileiro e a escassez de estudos regionais/estaduais sobre o comportamento do emprego formal, esta pesquisa tem como objeto de estudo a evolução do emprego formal no estado de São Paulo, no período de 2004 a 2009. Além da consideração de estudos que tratam do assunto, a pesquisa utiliza-se dos dados da PNAD/IBGE e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O primeiro capítulo do trabalho apresenta a evolução ocorrida na economia e no mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2009, sinalizando a recuperação da economia e seus reflexos para o trabalho no Brasil. O segundo capítulo do trabalho apresenta os aspectos que configuram a estrutura do emprego formal e a evolução deste no Estado de São Paulo no período em questão. Por fim, as conclusões são apresentadas no terceiro capítulo.

Capítulo 1: A recuperação do mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2009.

1.1. A economia brasileira durante o governo Lula.

O primeiro governo Lula (2003-2006), iniciou com um grande quadro de incerteza por parte dos investidores externos e de elevada expectativa por parte da população brasileira. A elevada dívida e vulnerabilidade externa, o expressivo peso da dívida pública no PIB, a aceleração inflacionária e o temor da presença de um ex-sindicalista assumindo a presidência fez com que, durante o ano de campanha eleitoral, o país sofresse fortes ataques especulativos, que foi expresso na redução das linhas de financiamento externo, no aumento do risco país exigido por credores para adquirir títulos brasileiros, e na forte depreciação do real em relação ao dólar americano. O ataque especulativo terminou por gerar uma elevação da inflação e uma deterioração das contas públicas, dado que parte da dívida pública era indexada ao dólar. A depreciação da moeda aliada ao crescimento da demanda mundial e a melhoria dos preços de *commodities*³, porém, contribuíram para uma forte expansão das exportações, que nos anos seguintes contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa.

Com isso, no primeiro ano de governo Lula, 2003, ocorreu um processo de ajuste monetário, fiscal, cambial. Foram reajustados para cima as metas de inflação, e o Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros. No âmbito fiscal o governo aumentou sua meta de superávit primário, demonstrando aos agentes financeiros sua disposição em relação ao equilíbrio fiscal e ao cumprimento dos contratos. Na política cambial, foi mantido o sistema de taxas flutuantes, e diante do baixo nível de reservas internacionais o BC decidiu não intervir na depreciação do real. A consequência imediata da política econômica restritiva adotada foi a desaceleração do crescimento, principalmente nos primeiros meses do ano, ocorrendo uma recuperação no fim do ano, devido ao aumento das exportações e redução das importações. Mas, a medida que a economia arrefeceu, o BC passou a reduzir a

3 *Commodity*, o termo significa literalmente “mercadoria” em inglês, designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, da soja, do chá, da lã, do petróleo, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. (SANDRONI, 1999).

taxa de juro básica da economia.

Neste mesmo ano, o governo também introduziu uma pequena reforma tributária, com o objetivo de elevar as suas receitas. As principais alterações ocorridas foram, no início do ano, a elevação da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as instituições financeiras, e a ampliação da base de cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) sobre as empresas prestadoras de serviço. No fim do ano, houve uma proposta aprovada no Congresso que continha a introdução de dois regimes de arrecadação do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins, a extensão do PIS e da Cofins para as importações, e a continuidade da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) até o final de 2007. Ademais, foram realizadas mudanças no sistema previdenciário, cujos pontos principais foram a elevação do valor teto para contribuição ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), a introdução da idade mínima para todos os servidores públicos federais (55 anos para mulheres e 60 anos para homens), e a contribuição previdenciária de 11% sobre a parcela do rendimento que excedesse o teto de contribuição para o INSS dos servidores inativos. Tais reformas tinham como objetivo a estabilização do déficit do regime de previdência dos servidores públicos em relação ao PIB.

Em 2004, a economia brasileira acelerou seu crescimento de modo relevante em relação ao ano anterior (Tabela 1.1). No início do ano observou-se a redução da inflação e da taxa básica de juro, o que estimulou a expansão do crédito e o crescimento por meio do aumento do consumo e do investimento privado. Mediante a rápida recuperação da economia, o BC decidiu aumentar novamente a taxa de juro, temendo que a aceleração do crescimento acima do PIB potencial, estabelecido em 3,5 % pela autoridade monetária na época, provocaria a elevação da inflação. A restrição monetária tomou maior força depois da divulgação do crescimento de 5,7% em 2004, e com a elevação da taxa de juro a economia desacelerou durante o ano de 2005. BARBOSA & SOUZA (2010) apontam que mesmo que houvesse o papel da demanda agregada na aceleração da inflação, com as reformas nos tributos introduzidas em 2003 que alteraram o PIS e a Cofins, as empresas oneradas repassaram imediatamente o ônus tributário aos preços, e as empresas que foram desoneradas não repassaram os ganhos automaticamente, induzindo ao aumento temporário dos preços ao longo de 2004.

A arrecadação tributária do governo aumentou durante 2004 e 2005 com a aceleração do crescimento e a minirreforma tributária. Os ganhos da elevação das receitas foram destinados principalmente para elevar o superávit primário, de modo a reduzir a dívida pública em relação ao PIB, e para a transferência de renda às famílias em vias de reduzir a desigualdade de renda. De 2003 a 2005, o governo reduziu o gasto com salários e encargos em relação ao PIB, e o objetivo de reduzir a desigualdade da distribuição de renda teve por base o aumento real do salário mínimo e a ampliação dos instrumentos de combate à pobreza. O aumento real do salário mínimo obteve impacto positivo no mercado de trabalho e proporcionou aumento da renda disponível na medida em que aumentou os benefícios previdenciários. Também, como instrumentos de combate a pobreza extrema o governo utilizou o programas como o Fome Zero e o Bolsa Família.

Nesse mesmo período, ocorreu forte expansão do crédito, tanto para o segmento de pessoas físicas, quanto para o de pessoas jurídicas. Para as pessoas físicas, o fator inovador dentro desse processo de expansão foi permissão da legislação para o crédito consignado e forte crescimento dessa modalidade de crédito. Para as pessoas jurídicas, a reforma na Lei de Falências, que simplificou e agilizou a recuperação do crédito concedido a firmas em dificuldades financeiras, o crescimento econômico e a redução na taxa real de juros, contribuíram para a ocorrência de maior demanda e oferta por crédito.

As contas externas do país obtiveram resultado extremamente positivo em termos de crescimento do saldo comercial e saldo de transações correntes. Em 2005, por exemplo, o país obteve seu maior saldo comercial e de transações correntes na década, US\$ 44,7 bilhões e US\$ 13,98 bilhões, respectivamente. Mesmo com a apreciação do câmbio, o resultado positivo refletiu o aumento da demanda mundial e dos preços das exportações brasileiras, além disso, o fato de que o PIS e a Cofins foram estendidos às importações diminuiu o impacto da mudança no câmbio. O período também foi marcado pela retomada das linhas de financiamento externo, com forte aumento da entrada de investimento direto estrangeiro, do investimento externo em carteira, e do crédito comercial vindo de fora para o Brasil.

De 2006 a 2008, com uma postura mais ativa do governo na economia, a taxa de crescimento acelerou substancialmente. Tal crescimento foi conseguido com

controle da inflação e redução da taxa real de juros. Além disso, a apreciação do real em relação ao dólar reduziu a pressão inflacionária, e o país acumulou reservas internacionais reduzindo ainda mais a vulnerabilidade externa. Aspectos como o aumento no investimento público, a forte elevação do salário mínimo, a retomada da contratação dos funcionários públicos, e a reestruturação das suas carreiras, marcaram o período.

O aumento dos investimentos públicos se deu primeiramente com as operações de melhorias nas estradas federais, e, então, o governo colocou o investimento em infra-estrutura como uma prioridade. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2006 passou então a reorganizar, centralizar, e ampliar os investimentos nesta área, induzindo investimentos simultaneamente em transporte e logística, energia, e infra-estrutura social. Em 2008, com o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), foram feitas algumas desonerações tributárias com fim de incentivar o investimento privado e o consumo. Esses dois programas, PAC e PDP, em conjunto, promoveram, além de suas ações diretas, incentivos setoriais, como, por exemplo, para setores de construção pesada ligada a infra-estrutura, e setores de maior intensidade tecnológica, como a produção de semicondutores.

Do ponto de vista fiscal, o governo reduziu levemente o superávit primário. Entretanto, mesmo com o aumento dos gastos do governo o movimento no sentido da redução da dívida pública não foi comprometido, pois, além do patamar menor dos juros incidente sobre a dívida, com o maior crescimento econômico as receitas do governo também aumentaram. A acumulação de reservas internacionais, como uma estratégia de redução da vulnerabilidade externa, impediu de certa forma uma redução maior da dívida pública, uma vez que o governo aplica os recursos externos a taxas de juros internacionais e financia a aquisição de reservas com a emissão de dívida no mercado interno com uma taxa de juro maior.

No período, o crédito também apresentou forte expansão, tanto no crédito livre como no crédito direcionado, com destaque neste último para as concessões de crédito habitacional e do crédito do BNDES. No âmbito externo, conforme houve a aceleração da economia e a apreciação cambial, o superávit comercial foi se reduzindo na medida que ocorreu um forte crescimento das importações. Ainda no âmbito externo, a substancial elevação das remessas de lucros e dividendos

promoveu uma redução acentuada no saldo em Transações Correntes, tornando-se este negativo a partir de 2008. O país não teve problemas com as contas externas graças ao aumento na entrada de capitais, que foi reforçada com a expectativa de crescimento do PIB, juros altos, e apreciação cambial.

Em 2006, a inflação desacelerou, principalmente devido a queda dos preços agrícolas e à apreciação cambial. Contudo, esse quadro se reverteu no final de 2007 com choques adversos no crescimento da produção de alimentos e no aumento de preços, mesmo diante da queda da atividade econômica. A partir de 2008, a alta dos preços no mercado de *commodities* acarretou maiores pressões inflacionárias. Do lado da política fiscal, o governo combateu a aceleração inflacionária com a redução de tributos indiretos sobre insumos básicos, como o trigo e a gasolina. Do lado da política monetária, o BC seguiu, com a redução e o aumento da taxa de juro consoante ao movimento de alta e baixa da inflação, porém, mudando os juros de modo mais cauteloso que nos anos passados, e com um patamar menor.

Com base nos dados da Tabela 1.1 podemos verificar as tendências no período de aceleração do crescimento econômico, redução da inflação e da taxa básica de juros, aumento do crédito em relação ao PIB, da formação bruta de capital fixo (FBKF) em relação ao PIB, do salário mínimo real médio, e a variação do saldo em Transações Correntes acompanhando, em parte, as variações na taxa de câmbio.

A partir de setembro de 2008, com a quebra do banco de investimento *Lehman Brothers*, os impactos da crise financeira internacional que haviam atingido, principalmente, os Estados Unidos e os países europeus se espalhou por outros países, entre eles o Brasil. Os impactos da crise no país se deram em diferentes formas, porém, as mais importantes resultaram da redução brusca da liquidez internacional, da queda nos preços das *commodities* e da redução das exportações brasileiras, da reversão dos fluxos de capitais, e da redução dos níveis de confiança no futuro da economia.

Parcela relevante da oferta de crédito interna do Brasil até então era suprida por recursos externos. Com o agravamento da crise financeira, as linhas de crédito internacional diminuíram, reduzindo a liquidez interna do sistema bancário. Ademais, com o aumento da tensão nos mercados financeiros externos, ocorreu uma reversão da tendência de entrada de recursos no país para a saída brusca de recursos, o que

pressionou o câmbio à uma rápida depreciação. As consequências diretas para a economia desses dois movimentos foi a redução da oferta de crédito doméstica, levando a escassez de recursos para o financiamento da produção e do comércio, e a perda considerável de recursos das empresas e instituições financeiras que apostavam (no mercado futuro) na tendência de apreciação cambial anterior ao agravamento da crise.

Tabela 1.1

Indicadores Macroeconômicos – Brasil, 2002-2009				
Ano	PIB var. Real	Salário Mínimo Real Médio (R\$) - (mês base: agosto/2010- R\$ 510,00)	FBKF / PIB (%)	Saldo em Transações Correntes, Bal. Pag, US\$ (milhões)
2002	2,66	323,52	16,40	-7.637
2003	1,15	325,77	15,30	4.177
2004	5,71	337,90	16,10	11.679
2005	3,16	361,42	15,90	13.985
2006	3,96	412,22	16,40	13.643
2007	6,09	437,13	17,40	1.551
2008	5,14	450,58	18,70	-28.192
2009	-0,19	483,12	-	-24.334
Ano	Crédito / PIB (%)	Taxa Selic Média	IPCA - Índice de Inflação	Taxa de Câmbio Média
2002	22,0	19,90	12,53	2,93
2003	24,0	23,26	9,30	3,07
2004	24,5	16,25	7,60	2,93
2005	28,1	19,05	5,69	2,43
2006	30,2	15,08	3,14	2,18
2007	33,4	11,88	4,46	1,95
2008	39,7	12,48	5,90	1,84
2009	45,0	9,92	4,31	2,00

Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata, Banco Central, IBGE.

O comércio exterior foi afetado na medida em que a demanda mundial caiu bruscamente com a crise. Além disso, a alta nos preços das *commodities* que vinha ocorrendo logo se tornou em queda abrupta dos preços. Com os problemas iniciais gerados pela crise, as expectativas em relação ao futuro da economia se tornaram incertas, e boa parte dos investimentos e do consumo das empresas e das famílias foram postergados ou cancelados, gerando contração na atividade econômica.

Antes da ocorrência da crise, medidas adotadas pelo governo contribuíram para sustentar o nível de atividade da economia no momento posterior de queda da

atividade econômica, como, por exemplo, o aumento do investimento público, as desonerações tributárias, a política de aumento real do salário mínimo, a retomada das contratações e a reestruturação das carreiras dos servidores públicos federais. Durante a crise, foram feitas medidas de cunho monetário e fiscal para conter a redução do nível de atividade. As medidas de cunho fiscal consistiram na sustentação dos gastos previstos pelo governo, mesmo com a redução das receitas decorrentes dos efeitos da crise, e na redução temporária de impostos sobre alguns produtos industrializados com o fim de estimular o consumo. Do lado monetário, o BC reduziu os depósitos compulsórios e incentivou aos grandes bancos a aquisição de carteiras de crédito dos bancos menores, ambas com o fim de expandir a liquidez do sistema. Além disso, na esfera cambial, o BC ampliou a oferta de dólares para impedir a maior depreciação da moeda, e abriu linhas de financiamento para as exportações brasileiras, que sofreu com a escassez de dólares. Ainda que de forma tardia, o BC passou a efetuar cortes na taxa básica de juro, reduzindo-a a um patamar mais baixo (Tabela 1.1).

Em 2009, os impactos da crise, se refletiram, principalmente, no primeiro semestre do ano em que prevaleceu o baixo nível de produção e de geração de empregos, com esses fatores, porém, influenciando na desaceleração da inflação. A partir do segundo semestre do ano, o nível de atividade passou a se recuperar de forma mais acentuada, caminhando no sentido de retomar em 2010 o nível de crescimento pré-crise, contudo o resultado final da variação do PIB ficou em -0,2%. Ainda que a crise financeira possa ter reduzido o nível de atividade da economia em 2009, com os resultados gerais da presente década, observamos a relativa melhora do ambiente econômico em relação aos anos 1990, e, assim, podemos ver quais foram as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos.

Em suma, a maior taxa média de crescimento econômico nos últimos anos, o superávit comercial em boa parte do período, com o câmbio desvalorizado, favorecendo as contratações nas grandes empresas, a tendência de redução da taxa de juros nominal e real, a elevação do crédito (consignado, habitação, bancos públicos, BNDES), a política de elevação do salário mínimo, o aumento do emprego e carreiras no setor público, a recuperação dos salários por meio de negociação coletiva, e políticas que contribuíram para a elevação da renda das famílias mais

pobres, como o Bolsa Família, permitiram melhora significativa no mercado de trabalho em relação ao que havia ocorrido na década passada.

1.2. O movimento no mercado de trabalho brasileiro.

Com a desvalorização cambial a partir de 1999, os impulsos resultantes do aumento das exportações levaram a uma leve recuperação do mercado de trabalho. A partir deste período os movimentos mais importantes foram o maior crescimento das ocupações em relação ao crescimento da economia, e a maior concentração dos postos de trabalho em estabelecimentos mais organizados, resultando numa maior formalização dos contratos de trabalho. Com o aumento da inflação, entretanto, o poder de compra do rendimento médio do trabalho reduziu-se até 2003.

A aceleração do crescimento do produto, a partir de 2004, juntamente com a redução da inflação promoveram uma recuperação mais robusta do mercado de trabalho, processo marcado pelo aumento mais generalizado do emprego formal, retomada da contratação por parte das grandes empresas, recuperação da renda média do trabalho, redução do trabalho não remunerado.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população economicamente ativa (PEA) cresceu 9,12% e a ocupação 9,8%, de 2004 a 2009. O desemprego, com o crescimento econômico, no conjunto do país caiu de 8,9% em 2004 para 7,1% em 2008, aumentando para 8,3% em 2009 devido aos reflexos da crise econômica, prevalecendo, contudo, a tendência de queda durante a década.

Baltar et al. (2010) verificaram que, entre 2004 e 2008, reduziu-se na PEA a participação dos jovens de 15 a 24 anos, e houve aumento da participação da população nas faixas de 25 a 54 anos e 55 anos ou mais, refletindo a redução nas taxas recentes de natalidade e mortalidade, o aumento da esperança de vida, e o atraso da inserção jovem no mercado de trabalho. Ainda, conforme os autores, a população em idade ativa aumentou sua participação na PEA, decorrendo isso, principalmente, do aumento da participação das mulheres adultas no mercado de trabalho. Em 2008, do total da PEA, 31,2% estavam ocupados como trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na produção agrícola para o consumo próprio e na construção da casa própria. O

emprego assalariado respondia somente por 61,7% da população economicamente ativa, sendo que, desse montante, 33,7% eram empregados sem registro formal e 10,9% trabalhavam como empregado doméstico remunerado. No que tange a taxa de participação, quanto maior é a idade, a participação nos segmentos assalariados é menor, e é maior a proporção da população adulta e idosa ocupada como trabalhador por conta própria e empregador.

Além da maior absorção das pessoas ativas e da redução do desemprego, ocorreram mudanças significativas na estrutura ocupacional. O maior crescimento econômico contribuiu para que o emprego formal pudesse se expandir de maneira mais acentuada, e com isso, ocupações associadas a trabalhos precários ou de baixo rendimento tiveram uma desaceleração no seu crescimento e perda de participação na estrutura ocupacional. Assim, reduziu-se o peso do emprego sem registro em carteira, do trabalho por conta própria e do trabalho não remunerado. Essas posições na ocupação são preenchidas pelos trabalhadores, normalmente, na ausência de alternativas mais qualificadas. Segundo Baltar et al. (2010), o emprego sem registro na estrutura ocupacional reduziu-se de 27% em 2004 para 25,4% em 2007, e peso dos trabalhadores não assalariados (trabalhadores por conta própria ou empregadores) reduziu-se de 29% para 27,6%.

A expansão do emprego formal, que se iniciou com a desvalorização do real, tornou-se mais relevante com a retomada do crescimento a partir de 2004. Mesmo com o aumento expressivo do emprego formal assalariado, mais da metade das pessoas ocupadas estão em uma situação diferente desta. Essa expansão resultou, principalmente, do aumento da elasticidade do emprego em relação ao aumento do produto, e derivou, também, da tendência de formalização das empresas e dos contratos de trabalho. Baltar, Krein & Moreto (2006) apontam que, nesta década, o Ministério do Trabalho e Emprego e a ação dos sindicatos vêm intensificando a fiscalização do trabalho.

Com a recuperação da economia, ocupações boas e com rendimentos mais elevados, como dirigentes, profissionais de nível superior, técnicos de nível médio, aumentaram seu ritmo de crescimento. Ocupações mais precárias, presentes com maior peso nas atividades agrícolas e na prestação de serviços, mostraram maior formalização dos contratos de trabalho, e passaram por um processo de elevação do rendimento médio e de redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho

(Baltar *et al.* 2010). Para Baltar *et al.*, o movimento ocorrido na década atual contrasta fortemente com o ocorrido na década passada, em que se esperava que as políticas neoliberais promovessem o crescimento econômico que não foi verificado, e que, na verdade, levaram a desestruturação do mercado de trabalho:

“Portanto, no conjunto, esse processo significou uma importante reversão de várias tendências negativas, em curso desde o início dos anos 90, que avançaram ao longo da implementação das políticas econômicas neoliberais e de medidas correlatas que buscavam flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho” (Baltar *et al.* 2010, p 15).

Segundo Baltar *et al.* (2010), o emprego formal assalariado passou de 44%, em 2004, para 47% em 2007, do total de pessoas ocupadas e com rendimentos, ademais, a participação do emprego formal no total da PEA saiu de 36,1% em 2004, para 40,9% em 2008. Conforme os autores, o aumento do emprego formal ocorreu em todos grupos etários, destacando-se o maior aumento da formalização do emprego dos jovens.

Movimento semelhante ocorre quando se observa todos os setores de atividade da economia. O aumento do emprego formal alcançou taxas superiores a 3% em todos os setores, com exceção para a classificação de outros serviços e administração pública, em que o aumento foi um pouco menor que 2% ao ano. O emprego formal se elevou em todos os grupos de ocupação, principalmente, em cargos de direção, ocupações de venda, profissões de nível superior e cargos técnicos de nível médio. Na medida em que as ocupações de renda média relativamente mais altas elevaram sua participação na população ocupada, as ocupações de menor renda média continuaram apresentando menor participação, reduzindo até a participação de ocupações como prestação de serviços, vendas, trabalho manual agrícola e não agrícola no total do emprego formal. Além disso, ao contrário dos anos 90, em que o emprego formal reduziu-se nas grandes empresas, passou-se a ter uma elevada taxa de expansão nestas empresas na década atual.

O aumento do emprego formal ocorreu concomitante a elevação da população ocupada com rendimentos, ao aumento expressivo da renda média do trabalho, ao aumento da massa total de rendas, e a leve recuperação da parcela da

renda nacional apropriada pelo trabalho. A renda média do trabalho reduziu-se de 1999 a 2003, devido a aceleração da inflação nesses anos e a contenção da atividade econômica, contudo, a partir de 2004, com o crescimento do produto e a queda da inflação, juntamente com os reajustes do salário mínimo e das categorias com sindicatos mais organizados, houve um movimento de recuperação do poder de compra do rendimento médio do trabalho (Baltar *et al.* 2010). Entretanto, o aumento observado na renda média do trabalho e na apropriação da renda nacional pelos trabalhadores, apenas recuperou as perdas vindas desde a desvalorização de 1999, o que, ainda, não representou mudanças mais profundas no mercado de trabalho.

O aumento da massa total de rendimentos do trabalho teve maior participação do que a ampliação da ocupação na recuperação da renda média do trabalho. Também, a recuperação da renda média se deu de maneira mais acentuada nos setores em que a renda média do trabalho é menor do que a média geral da economia, expressando a influência significativa da política de aumento do salário mínimo. Em relação ao emprego formal, a expansão do emprego representou mais para o aumento da massa total da renda do trabalho do que a recuperação da renda média (Baltar *et al.*, 2010).

O aumento do rendimento médio do trabalho impactou de forma expressiva as piores ocupações, mesmo com o crescimento da participação das ocupações de rendimentos mais elevados, o que levou a redução da desigualdade dos rendimentos. A diminuição das diferenças relativas de renda das pessoas ocupadas refletiu-se, também, na diminuição das diferenças de renda média por tipo de ocupação, ocorrendo tanto para o emprego formal quanto para o conjunto das posições na ocupação. Contudo, ainda há diferenças de rendimentos na ocupação total muito altas por setor de atividade e por tipo de ocupação. As políticas de aumento do salário mínimo, que contribuíram para elevar as remunerações mais baixas dos setores de menor renda média, ainda não foram suficientes para diminuir a dispersão das rendas médias setoriais, mesmo para o emprego formal. A menor participação do emprego formal na ocupação de setores e ocupações com menor renda agrava as diferenças de situação socioeconômica dos trabalhadores, visto que o emprego formal garante diversas vantagens (13º salário, férias remuneradas com mais 1/3 do salário, FGTS, auxílio transporte e alimentação, etc.) que o emprego informal não garante (Baltar *et al.*, 2010).

Com isso, podemos configurar um quadro de melhora no mercado de trabalho, muito embora, essa evolução ainda não tenha resultado em mudanças mais profundas na estrutura geral do mercado de trabalho brasileiro. Constatamos o crescimento do emprego formal, a redução da participação do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado, o aumento dos rendimentos médios do trabalho, e do poder de compra dos rendimentos do trabalhador. Contudo, ainda a maior parte da população ocupada não possui as garantias atreladas a formalização do trabalho, as taxas de desemprego são elevadas, e as diferenças de rendimento do trabalho são elevadas, refletindo assim a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Para analistas como Baltar *et al.* (2009), para haver uma mudança substantiva na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, o crescimento do produto da economia deveria ser sustentado às taxas observadas nos últimos anos ou de forma mais robusta por um período longo de tempo, além disso, juntamente com a manutenção do processo de formalização dos contratos de trabalho e da política de valorização do salário mínimo. Assim, permanece a expectativa de que nos próximos anos o país possa elevar de forma sustentada o consumo e o investimento, refletindo em taxas mais elevadas do PIB, e promovendo uma maior estruturação do mercado de trabalho brasileiro, também impulsionadas pelas políticas públicas voltadas para esse segmento.

Considerando as tendências gerais observadas para o trabalho formal no conjunto do país, no capítulo seguinte analisa-se o comportamento do emprego formal no estado de São Paulo, com o objetivo de destacar a especificidades desse processo de maior formalização do emprego no estado mais industrializado da federação.

Capítulo 2: A evolução do emprego formal no Estado de São Paulo.

No estado de São Paulo, a população economicamente ativa (PEA), segundo dados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, cresceu 11% de 2004 a 2009, saindo de um total de 20,114 milhões para 22,330 milhões de pessoas. Esse crescimento foi superior ao aumento da PEA nacional que foi de 9,1%. O destaque desse aumento em São Paulo se deu entre as mulheres, em que o aumento da PEA foi de 13,3%, enquanto que dos homens foi de 9,2%. No Brasil, a PEA entre as mulheres aumentou 11,2% e entre os homens 7,5%. A população ocupada no estado aumentou 13%, número novamente maior do que o atingido pelo Brasil que foi de 9,8%. A ocupação entre as mulheres em São Paulo obteve um aumento maior do que entre os homens, 15,5% e 11,2%, respectivamente. No país a ocupação entre as mulheres aumentou 11,9% e entre os homens 8,2% (ver Tabela 2.1).

A participação da PEA no total da população em idade ativa (PIA) elevou-se de 61,1% para 62,7% em São Paulo, enquanto que, no país como um todo, a taxa de participação praticamente se manteve estável (62% para 62,1%). A taxa de participação entre as mulheres no estado subiu três pontos percentuais, de 51,2% a 54,2%, e entre os homens a taxa de participação praticamente se manteve estável (71,9% para 71,8%). A taxa de participação entre as mulheres no Brasil aumentou de 51,6% para 52,7%, e entre os homens reduziu-se de 73,2% para 72,3%. Ainda que o aumento das taxas de participação tenham ido ao sentido contrário da queda da taxa de desocupação, com o aumento maior da ocupação do que o aumento da PEA, as taxas de desocupação caíram. No estado de São Paulo, a desocupação caiu de 11,3% para 9,7%, permanecendo esta taxa maior do que a média do país, que caiu de 8,9% para 8,3%. A desocupação entre as mulheres no estado caiu de 14,3% para 12,6%, enquanto no país foi de 11,7% para 11,1%. Entre os homens, em São Paulo, a desocupação reduziu-se de 8,9% para 7,3%, e no país foi de 6,8% para 6,2% (ver Tabela 2.2).

Tabela 2.1:

População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e População Ocupada (Mil Pessoas), São Paulo, 2004-2009

			2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2004-2009
Brasil	PIA	Total	149.432	152.286	155.247	157.822	160.561	162.807	8,95%
		Homem	72.045	73.580	74.831	76.315	77.495	78.490	8,95%
		Mulher	77.387	78.707	80.416	81.508	83.066	84.317	8,95%
	PEA	Total	92.660	95.748	96.874	97.872	99.500	101.110	9,12%
		Homem	52.723	54.134	54.552	55.221	56.118	56.710	7,56%
		Mulher	39.937	41.614	42.322	42.652	43.382	44.401	11,18%
	PO	Total	84.419	86.840	88.725	89.898	92.395	92.689	9,80%
		Homem	49.142	50.293	51.067	51.864	53.193	53.196	8,25%
		Mulher	35.276	36.546	37.658	38.034	39.202	39.493	11,95%
São Paulo	PIA	Total	32.930	33.629	34.161	34.724	35.237	35.618	6,59%
		Homem	15.712	16.135	16.382	16.652	16.918	17.181	7,55%
		Mulher	17.218	17.494	17.778	18.072	18.319	18.437	5,68%
	PEA	Total	20.114	21.063	21.379	21.737	22.094	22.330	11,02%
		Homem	11.295	11.725	11.782	11.973	12.239	12.339	9,24%
		Mulher	8.819	9.338	9.597	9.765	9.856	9.991	13,29%
	PO	Total	17.851	18.631	19.235	19.714	20.306	20.172	13,00%
		Homem	10.288	10.682	10.887	11.125	11.528	11.438	11,18%
		Mulher	7.562	7.949	8.347	8.588	8.778	8.734	15,50%

Nota: Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 2.2:

Taxa de Participação e Desocupação -- 2004 a 2009

			2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Taxa de Participação	Total	62,0%	62,9%	62,4%	62,0%	62,0%	62,1%
		Homem	73,2%	73,6%	72,9%	72,4%	72,4%	72,3%
		Mulher	51,6%	52,9%	52,6%	52,3%	52,2%	52,7%
	Taxa de Desocupação	Total	8,9%	9,3%	8,4%	8,1%	7,1%	8,3%
		Homem	6,8%	7,1%	6,4%	6,1%	5,2%	6,2%
		Mulher	11,7%	12,2%	11,0%	10,8%	9,6%	11,1%
São Paulo	Taxa de Participação	Total	61,1%	62,6%	62,6%	62,6%	62,7%	62,7%
		Homem	71,9%	72,7%	71,9%	71,9%	72,3%	71,8%
		Mulher	51,2%	53,4%	54,0%	54,0%	53,8%	54,2%
	Taxa de Desocupação	Total	11,3%	11,5%	10,0%	9,3%	8,1%	9,7%
		Homem	8,9%	8,9%	7,6%	7,1%	5,8%	7,3%
		Mulher	14,3%	14,9%	13,0%	12,1%	10,9%	12,6%

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Deste modo, observamos que em São Paulo houve um maior crescimento da taxa de participação, contribuindo também para um maior crescimento da PEA. A taxa de participação entre as mulheres em São Paulo aumentou de modo relevante em relação ao restante do país. A taxa de participação entre os homens diminuiu, porém reduzindo-se mais no país do que no estado. Apesar de a taxa de participação e a PEA terem crescido mais no estado do que no país, o forte

crescimento da ocupação contribuiu para que houvesse uma queda da desocupação em São Paulo muito maior do que no Brasil, contudo as taxas de desocupação no estado ainda são maiores do que a média nacional.

A análise por posição na ocupação mostra que os empregados em estabelecimentos em São Paulo cresceram 15,3%, os trabalhadores domésticos aumentaram 10,5% e os declarados como conta própria 9,3%, ante um crescimento de 16,7%, 11,8%, e 2,8% para o Brasil, respectivamente. Ainda, destacaram-se os declarados como empregadores e os não remunerados, pois o primeiro obteve um aumento de 10,5% para São Paulo e de 15% para o Brasil, e o segundo aumentou 3,1% no estado e diminuiu 27,1% no país. Ainda que crescendo num ritmo menor do que no conjunto do Brasil, também em São Paulo o maior crescimento se deu para segmento dos empregados assalariados (ver Tabela 2.3). Entretanto, em geral observa-se que em São Paulo foi menor o ritmo de crescimento do emprego assalariado e dos empregadores e maior o ritmo de crescimento dos trabalhadores por conta própria, enquanto que o trabalho não remunerado cresceu no estado e no país diminuiu.

Tabela 2.3:

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação (Mil pessoas) – São Paulo – 2004 a 2009

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2004 2009
Brasil	Total	80.926	82.811	84.549	85.871	88.233	88.806	9,7%
	Empregados	46.548	47.784	49.646	51.489	54.187	54.313	16,7%
	Trabalhadores domésticos	6.458	6.638	6.734	6.668	6.626	7.223	11,8%
	Conta própria	18.551	18.793	18.824	19.055	18.689	18.978	2,3%
	Empregadores	3.470	3.670	3.945	3.372	4.144	3.992	15,0%
	Não remunerados	5.900	5.926	5.400	5.288	4.587	4.299	-27,1%
São Paulo	Total	17.673	18.471	19.099	19.547	20.174	20.046	13,4%
	Empregados	12.015	12.365	12.907	13.457	13.971	13.853	15,3%
	Trabalhadores domésticos	1.480	1.581	1.624	1.507	1.534	1.635	10,5%
	Conta própria	3.083	3.236	3.204	3.368	3.267	3.370	9,3%
	Empregadores	801	918	1.037	847	1.043	885	10,5%
	Não remunerados	294	371	327	368	359	303	3,1%

Nota: Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Essa evolução sugere que o maior ritmo de crescimento econômico abriu maior oportunidades em São Paulo do que no conjunto do país para as atividades de prestação de serviços a empresas e famílias e para o comércio de mercadorias, atividades onde se concentra o trabalho por conta própria. No caso do trabalho não

remunerado o maior crescimento deve ter refletido o fato do estado ser mais urbanizado e do trabalho não remunerado no país ter caído mais na atividade agrícola; já em São Paulo a forte expansão do trabalho por conta própria deve ter contribuído para a expansão do trabalho não remunerado de membros da família que geralmente são ajudantes dos trabalhadores por conta própria. Os dados sugerem que em São Paulo o ritmo de melhoria da estrutura ocupacional foi menor em alguns aspectos, se comparado ao verificado para o conjunto do país.

O emprego formal, ou seja, os empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários, segundo a PNAD, elevou-se 24,7% em São Paulo, um pouco abaixo da média nacional de 25,3%. O emprego sem carteira de trabalho assinada reduziu-se 12,8% em São Paulo, resultado bastante expressivo ante a redução de 0,8% no Brasil (ver Tabela 2.4).

Tabela 2.4:

Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (Mil pessoas)								
								Variação
								2004 – 2009
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	Emprego formal	31121	32355	33909	35909	38302	39002	25,32%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	15.427	15.430	15.737	15.580	15.884	15.311	-0,8%
	Sem declaração	0	-	1	-	-	-	
São Paulo	Emprego formal	8.992	9.340	9.883	10.532	11.127	11.216	24,73%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	3.023	3.025	3.024	2.924	2.844	2.637	-12,77%
	Sem declaração	-	-	-	-	-	-	

Nota: 1- A partir de 2007, as categorias *Sem declaração* e *Idade Ignorada* não foram investigadas.

2 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Entende-se a partir dos dados obtidos nas Tabelas 2.3 e 2.4, que no período em análise ocorreu um aumento do emprego formal bem superior ao aumento do trabalho por conta própria, dos trabalhadores domésticos, dos não remunerados, ou sem carteira de trabalho assinada. Portanto, caracteriza-se uma melhora na qualidade das ocupações no estado de São Paulo, principalmente, porque, como visto anteriormente, o emprego formal garante direitos aos trabalhadores que não são garantidos em outras condições de trabalho. Contudo, o crescimento da ocupação por conta própria e dos não remunerados ainda é maior no estado do que no país. O aumento do emprego formal e a redução do emprego sem carteira de trabalho assinada refletem, entre outros fatores, a taxa de crescimento do PIB no

período e o maior esforço na fiscalização dos contratos de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, e dos sindicatos (Baltar et al. 2010, p.19-25).

Também refletindo o forte aumento do emprego formal (assalariados com carteira do setor privado e funcionários públicos e militares), verificamos entre os ocupados que houve um aumento daqueles que contribuem para algum instituto de previdência. No Brasil, o número daqueles que contribuem subiu mais de 26%, e a proporção daqueles que contribuem em relação à população ocupada aumentou de 46,4% para 53,5%. Em São Paulo, aqueles que contribuem aumentaram em 23%, e a proporção em relação à população ocupada elevou-se de 63,1% para 68,7% (ver Tabela 2.5). Portanto, apesar de São Paulo possuir uma proporção maior de contribuintes do que o Brasil, o ritmo da expansão foi maior no país do que no estado.

Tabela 2.5:

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência (Mil pessoas)														
Contribuição para instituto de previdência		Ano										Variação		
		2004	%PO	2005	%PO	2006	%PO	2007	%PO	2008	%PO	2009	%PO	2004-2009
Brasil	Contribuintes	39.192	46,4%	41.046	47,3%	43.158	48,6%	45.463	50,6%	48.149	52,1%	49.628	53,5%	26,6%
	Não contribuintes	45.225	53,6%	45.793	52,7%	45.568	51,4%	44.435	49,4%	44.245	47,9%	43.081	46,5%	-4,8%
São Paulo	Contribuintes	11.261	63,1%	11.865	63,7%	12.414	64,5%	13.107	66,5%	13.672	67,3%	13.865	68,7%	23,1%
	Não contribuintes	6.590	36,9%	6.766	36,3%	6.821	35,5%	6.607	33,5%	6.634	32,7%	6.307	31,3%	-4,3%

Nota: 1 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

No setor privado, os setores que mais tiveram crescimento do número de empregados com carteira de trabalho assinada em São Paulo, foram o setor de construção (59,9%), de alojamento e alimentação (43,8%), de comércio e reparação (39,7%), de transporte, armazenagem e comunicação (31,7%), e o setor de educação saúde e serviços sociais (20,4%). O crescimento de empregados desses setores foram muito próximo a média nacional.

Embora não estejam entre os setores que mais cresceram, os setores de indústria e indústria de transformação ainda possuem proporcionalmente o maior número de empregados com carteira de trabalho assinada (aproximadamente 30% cada um em São Paulo e 25% no Brasil). Nos setores que menos cresceram, São

Paulo obteve um desempenho pior do que o conjunto do país. O número de empregados reduziu-se 0,5% no setor agrícola em São Paulo e aumentou 8,5% no país; na indústria ocorreu um crescimento de 14,4% em São Paulo e de 15,9% no país.

Tabela 2.6:

Empregados de 10 anos ou mais de idade com Carteira de Trabalho assinada, no trabalho principal da semana de referência - exclusive militares e funcionários públicos estatutários (Mil pessoas) – São Paulo								
Grupamentos de atividade do trabalho principal	São Paulo		Brasil		Proporção em 2009		Variação 2004-2009	
	2004	2009	2004	2009	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil
Total	8.029	10.026	25.558	32.364	100%	100%	24,9%	26,6%
Agrícola	421	419	1.550	1.681	4%	5%	-0,5%	8,5%
Indústria	2.623	3.000	7.326	8.494	30%	26%	14,4%	15,9%
Indústria de transformação	2.536	2.921	6.862	7.916	29%	24%	15,2%	15,4%
Construção	284	454	1.211	1.976	5%	6%	59,9%	63,2%
Comércio e reparação	1.450	2.026	5.184	7.234	20%	22%	39,7%	39,5%
Alojamento e alimentação	260	374	928	1.328	4%	4%	43,8%	43,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	533	702	1.863	2.352	7%	7%	31,7%	26,2%
Administração pública	208	194	687	653	2%	2%	-6,7%	-4,9%
Educação, saúde e serviços sociais	842	1.014	2.650	3.179	10%	10%	20,4%	20,0%
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	269	326	833	1.047	3%	3%	21,2%	25,7%
Outras atividades	1.136	1.511	3.302	4.406	15%	14%	33,0%	33,4%
Atividades mal definidas ou não declaradas	4	-	25	-	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	6	-	14	0%	-	-	-

Nota:

1 - A categoria **Total** inclui as pessoas sem declaração de categoria de emprego.

2 - A partir de 2007: a categoria **Não declaradas** não foi investigada.

4 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

No período em análise, o valor real do rendimento médio do trabalho cresceu substancialmente no Brasil e em São Paulo (19,7%, 12,6%). O crescimento do rendimento médio esteve acima da inflação, configurando ganhos reais. O rendimento médio cresceu mais entre trabalhadores domésticos, 28,8% no Brasil e 24,5% em São Paulo, e entre os empregados assalariados em estabelecimentos, 21,5% no país e 16,7% no estado. O crescimento do rendimento dos ocupados por conta própria foi de 15,9% no Brasil e 7% em São Paulo, e dos empregadores foi de 9,9% no Brasil e redução de 2,6% em São Paulo (ver Tabela 2.7). No estado, portanto, ainda que o valor do rendimento médio esteja acima da média nacional, o crescimento da renda média do trabalho esteve abaixo do obtido pelo país como um

todo.

Tabela 2.7:

Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal (Reais) – 2004 a 2009				
Posição na ocupação no trabalho principal		2004	2009	Variação 2004-2009
Brasil	Total	887	1.062	19,7%
	Empregados	888	1.079	21,5%
	Trabalhadores domésticos	310	400	28,8%
	Conta própria	727	843	15,9%
	Empregadores	2.837	3.117	9,9%
	São Paulo	1.171	1.319	12,6%
	Total	1.109	1.294	16,7%
	Empregados			
	Trabalhadores domésticos	406	505	24,5%
	Conta própria	1.184	1.266	7,0%
	Empregadores	3.600	3.508	-2,6%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Houve, no período, um expressivo aumento do rendimento médio real do trabalho no emprego formal e sem carteira de trabalho. Considerando-se somente o emprego com carteira assinada no estado de São Paulo, o rendimento médio aumentou 9,8% entre os homens e 9% entre as mulheres, abaixo do verificado para o Brasil, que foi de 14% para ambos. Entre os militares e funcionários públicos o aumento no estado foi de 26,5% entre os homens e de 17,8%, ante o aumento de 29,7% e 24,3% para o Brasil. No estado, o aumento real do rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada foi relevante, 43,9% entre os homens e 12,6% entre as mulheres, enquanto para o país esses números foram de 27,5% e de 21,6% (ver Tabela 2.8). Comparando-se os dados da tabela 2.7 com a 2.8, vemos que, considerando só o emprego formal no setor privado do estado de São Paulo, os ganhos de renda do emprego com registro em carteira foram menores do que os ganhos dos ocupados como trabalhador doméstico, e foram apenas um pouco maiores do que os ocupados como conta própria.

Assim, observa-se que no segmento formal o aumento do rendimento médio em São Paulo foi menor do que para o conjunto do país; ao contrário para os

assalariados sem carteira esse aumento foi maior, refletindo principalmente o maior aumento para os homens no estado de São Paulo.

Tabela 2.8

Valor do rendimento médio real mensal do trabalho principal, por sexo e categoria do emprego

		2004	2009	Varição 2004-2009
Brasil	Total	924	1132	22,5%
	Homem			
	Com carteira de trabalho assinada	1040	1189	14,3%
	estatutários	1800	2334	29,7%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	537	685	27,5%
	Mulher			
	Total	824	992	20,4%
	Com carteira de trabalho assinada	835	956	14,5%
São Paulo	Militares e funcionários públicos	1296	1611	24,3%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	503	612	21,6%
	Homem			
	Total	1191	1410	18,4%
	Com carteira de trabalho assinada	1272	1397	9,8%
	Militares e funcionários públicos	2002	2532	26,5%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	786	1131	43,9%
	Mulher			
	Total	975	1116	14,5%
	Com carteira de trabalho assinada	1002	1093	9,0%
	Militares e funcionários públicos	1498	1764	17,8%
	Outros, sem carteira de trabalho assinada	662	745	12,6%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Segundo dados da RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, o número daqueles que possuíam vínculos de emprego com registro no estado de São Paulo aumentou em 30,3% de dezembro de 2004 a dezembro de 2009. Entre as mulheres, esse aumento foi de 35,7%, e entre os homens foi de 26,7% (ver Tabela 2.9). No Brasil, o aumento do emprego foi de 31,2%, entre as mulheres 35,9% e entre os homens 28,1%. Esses números revelam novamente a tendência vista com os dados da PNAD, de forte crescimento do emprego formal, mas com o país se destacando mais do que o estado de São Paulo.

Tabela 2.9:

Empregados com registro em carteira de trabalho por gênero						
	São Paulo			Brasil		
	2004	2009	Variação 2004-2009	2004	2009	Variação 2004-2009
Masculino	5.617.804	7.117.845	26,7%	18.845.717	24.135.025	28,1%
Feminino	3.655.373	4.961.286	35,7%	12.561.859	17.072.521	35,9%
Total	9.273.177	12.079.131	30,3%	31.407.576	41.207.546	31,2%

Fonte: MTE/ Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Quando observamos os setores que mais se destacaram no emprego formal, agora incluindo militares e funcionários públicos, verificamos que a construção civil (98,7%), o comércio atacadista (45,8%), comércio e administração de imóveis (42,6%), serviços médicos, odontológicos e veterinários (41,9%), indústria de alimentos e bebidas (41,3%), indústria mecânica (35,0%), e ensino (35%), foram os setores que mais cresceram. Os que menos cresceram foram os setores de agricultura e silvicultura (8,7%), e de administração pública (8,4%). O crescimento dos setores paulista ficou próximo a média nacional. A indústria de calçados, porém, foi o único setor em que no período houve uma redução do número de empregados em São Paulo (-13%). Portanto, constata-se que houve um expressivo crescimento do emprego formal em quase todos os setores, diferentemente da década de 1990 em que este se reduziu, porém a indústria calçadista reduziu-se no estado (ver Tabela 2.10).

Em relação ao grau de instrução, em São Paulo o período, o número de empregados analfabetos diminuiu 17,6%, aqueles que possuíam até o 5º ano incompleto reduziram-se 12,1%, e os que possuíam o 5º ano completo diminuíram 19,9%, os que possuíam do 6º ao 9º ano incompleto do ensino fundamental diminuíram 10,1%. Os empregados que possuem ensino fundamental completo subiram 5,7%, ensino médio incompleto 14,2%, ensino médio completo 72,2%, ensino superior incompleto 34,1%, e os que possuem ensino superior completo aumentaram 39,8% (Tabela 2.11). Observa-se, então, que está ocorrendo um aumento do grau de instrução dos empregados no setor formal, tendência que acompanha o maior grau de alfabetização das novas gerações.

Tabela 2.10:

Empregados com registro em carteira de trabalho por setores de atividade						
	São Paulo			Brasil		
	2004	2009	Variação 2004-2009	2004	2009	Variação 2004-2009
Extrativa mineral	12.447	16.695	34,1%	140.519	208.836	48,6%
Indústria de produtos minerais não metálicos	86.512	102.942	19,0%	293.209	369.736	26,1%
Indústria metalúrgica	246.683	285.570	15,8%	588.738	720.968	22,5%
Indústria mecânica	178.735	241.263	35,0%	350.640	502.063	43,2%
Indústria do material elétrico e de comunicações	98.950	127.334	28,7%	210.559	261.793	24,3%
Indústria do material de transporte	223.947	273.455	22,1%	385.305	513.326	33,2%
Indústria da madeira e do mobiliário	72.294	86.073	19,1%	450.011	432.645	-3,9%
Indústria do papel, papelo, editorial e gráfica	140.113	164.806	17,6%	324.878	386.324	18,9%
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	115.951	130.482	12,5%	275.326	300.763	9,2%
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ..	294.129	352.490	19,8%	610.457	730.106	19,6%
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	249.634	289.910	16,1%	796.482	966.764	21,4%
Indústria de calçados	56.993	49.567	-13,0%	312.579	319.174	2,1%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	352.802	498.658	41,3%	1.328.673	1.857.422	39,8%
Serviços industriais de utilidade pública	82.037	95.081	15,9%	327.708	385.379	17,6%
Construção civil	285.094	566.575	98,7%	1.118.570	2.132.288	90,6%
Comércio varejista	1.388.546	1.886.384	35,9%	4.699.194	6.420.016	36,6%
Comércio atacadista	298.999	436.006	45,8%	888.069	1.272.935	43,3%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	237.600	295.439	24,3%	587.678	741.263	26,1%
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico.	1.082.407	1.543.910	42,6%	2.971.978	4.120.045	38,6%
Transportes e comunicações	512.413	709.632	38,5%	1.578.856	2.111.460	33,7%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação.	824.289	1.102.844	33,8%	2.718.377	3.461.261	27,3%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	336.285	477.058	41,9%	1.059.538	1.395.185	31,7%
E ensino	276.887	373.849	35,0%	984.789	1.406.175	42,8%
Administração pública direta e autárquica	1.476.843	1.600.657	8,4%	7.099.804	8.763.970	23,4%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	342.587	372.451	8,7%	1.305.639	1.427.649	9,3%
Total	9.273.177	12.079.131	30,3%	31.407.576	41.207.546	31,2%

Fonte: MTE / Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Tabela 2.11:

Empregados com registro em carteira de trabalho por grau de instrução						
	São Paulo			Brasil		
	2004	2009	Variação 2004-2009	2004	2009	Variação 2004-2009
Analfabeto	42.703	35.181	-17,6%	276.174	228.204	-17,4%
Até o 5º ano Incompleto do Ensino Fundamental	382.141	335.950	-12,1%	1.698.935	1.511.988	-11,0%
5º ano Completo do Ensino Fundamental	730.389	585.211	-19,9%	2.415.764	2.044.644	-15,4%
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental	954.739	857.852	-10,1%	3.480.361	3.413.257	-1,9%
Ensino Fundamental Completo	1.540.105	1.627.611	5,7%	5.058.687	5.700.278	12,7%
Ensino Médio Incompleto	810.226	925.069	14,2%	2.753.608	3.313.988	20,4%
Ensino Médio Completo	2.943.085	5.066.750	72,2%	9.898.887	16.502.874	66,7%
Educação Superior Incompleta	416.624	558.540	34,1%	1.238.540	1.758.231	42,0%
Educação Superior Completa	1.453.165	2.031.633	39,8%	4.586.620	6.557.857	43,0%
Mestrado Completo	-	34.133	-	-	130.986	-
Doutorado Completo	-	21.201	-	-	45.239	-
Total	9.273.177	12.079.131	30,3%	31.407.576	41.207.546	31,2%

Fonte: MTE / Rais - Relação Anual de Informações Sociais

O crescimento do número de empregados aumentou mais nas faixas etárias

de maior idade do que nas faixas etárias de menor idade. Os empregados com até 17 anos elevaram-se em 18,8%, de 18 a 24 anos em 21,4%, de 25 a 29 anos em 30,8%, de 30 a 39 anos em 26,1%, enquanto que aqueles de 40 a 49 anos aumentaram em 31,3%, os de 50 a 64 anos em 57,2%, e os de 65 anos ou mais em 43,2% (Tabela 2.12). Deste modo, percebe-se, também o envelhecimento dos empregados no setor formal, tendência que se reforça com o aumento da expectativa de vida da população e a redução nas taxas de fecundidade.

Outra tendência que se verifica é a retomada da contratação nas empresas de grande porte. A contratação nas empresas com até 4 vínculos ativos aumentou em 18,1%, de 5 a 9 vínculos ativos em 22,9%, de 20 a 49 vínculos em 31,5%, de 50 a 99 vínculos ativos em 33,9%, de 100 a 249 vínculos em 32,1% e as com 1000 vínculos ativos ou mais aumentou em 37,6% (Tabela 2.13). Esse movimento aponta para uma melhoria da qualidade do emprego formal, pois o emprego nas menores unidades perdeu participação no total do emprego formal, justamente o emprego pior remunerado e associado as piores condições e relações de trabalho; já na grande empresa não somente a remuneração é melhor, assim como as melhores condições de representação sindical e de negociação resultam em maiores e melhores benefícios trabalhistas, previdenciários e sociais.

Tabela 2.12:

Empregados com registro em carteira de trabalho por faixa etária						
	São Paulo			Brasil		
	2004	2009	Variação 2004-2009	2004	2009	Variação 2004-2009
Ate 17 anos	110.353	131.049	18,8%	318.518	365.139	14,6%
18 a 24 anos	1.836.855	2.229.606	21,4%	5.827.864	7.071.201	21,3%
25 a 29 anos	1.635.146	2.138.795	30,8%	5.366.203	7.166.801	33,6%
30 a 39 anos	2.746.532	3.463.091	26,1%	9.280.447	11.919.579	28,4%
40 a 49 anos	1.939.717	2.546.439	31,3%	6.928.187	9.014.868	30,1%
50 a 64 anos	943.440	1.482.740	57,2%	3.460.560	5.349.143	54,6%
65 ou mais	61.047	87.390	43,2%	225.142	320.620	42,4%
Ignorado	87	21	-75,9%	655	195	-70,2%
Total	9.273.177	12.079.131	30,3%	31.407.576	41.207.546	31,2%

Fonte: MTE/ Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Tabela 2.13:**Empregados com registro em carteira de trabalho por tamanho de estabelecimento**

	São Paulo				Brasil			
	2004	2009	Proporção em 2009	Variação 2004-2009	2004	2009	Proporção em 2009	Variação 2004-2009
Até 4 vínculos ativos	774.771	915.042	7,6%	18,1%	2.880.068	3.484.001	8,5%	21,0%
De 5 a 9 vínculos ativos	771.762	948.200	7,8%	22,9%	2.646.170	3.331.941	8,1%	25,9%
De 10 a 19 vínculos ativos	865.301	1.108.871	9,2%	28,1%	2.897.479	3.764.578	9,1%	29,9%
De 20 a 49 vínculos ativos	1.125.068	1.479.595	12,2%	31,5%	3.580.800	4.757.238	11,5%	32,9%
De 50 a 99 vínculos ativos	830.094	1.111.212	9,2%	33,9%	2.554.937	3.351.908	8,1%	31,2%
De 100 a 249 vínculos ativos	1.037.948	1.371.488	11,4%	32,1%	3.365.213	4.236.164	10,3%	25,9%
De 250 a 499 vínculos ativos	841.801	1.070.794	8,9%	27,2%	2.815.281	3.581.931	8,7%	27,2%
De 500 a 999 vínculos ativos	755.736	948.749	7,9%	25,5%	2.700.971	3.548.183	8,6%	31,4%
1000 ou mais vínculos ativos	2.270.696	3.125.180	25,9%	37,6%	7.966.657	11.151.602	27,1%	40,0%
Total	9.273.177	12.079.131	100,0%	30,3%	31.407.576	41.207.546	100,0%	31,2%

Fonte: MTE / Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Ademais, observou-se a presença dos estrangeiros no emprego formal. Proporcionalmente os estrangeiros com emprego formal são muito poucos no estado. Constatamos a redução de empregados estrangeiros de nacionalidades de imigração tradicional como portugueses (-9,9%), italianos (-9,9%), alemães (-4,0%), belgas (-3,4%) e japoneses (-3,2%), e observamos o forte aumento do emprego de sul americanos, como paraguaios (90,2%), bolivianos (90,4%), uruguaios (28,5%) e argentinos (27,2%) (ver Tabela 2.14).

Tabela 2.14:**Empregados com registro em carteira de trabalho por nacionalidade em São Paulo**

	2004	2009	Variação 2004-
			2009
Brasileira	9.247.192	12.049.991	30,3%
Naturalizado brasileiro	4.105	3.180	-22,5%
Argentina	1.666	2.119	27,2%
Boliviana	1.063	2.024	90,4%
Chilena	2.326	2.520	8,3%
Paraguaia	295	561	90,2%
Uruguia	607	780	28,5%
Alema	925	888	-4,0%
Belga	119	115	-3,4%
Britânica	219	286	30,6%
Canadense	75	107	42,7%
Espanhola	1.161	1.065	-8,3%
Norte americana	630	762	21,0%
Francesa	484	622	28,5%
Suiça	146	167	14,4%
Italiana	1.331	1.199	-9,9%
Japonesa	1.317	1.275	-3,2%
Chinesa	435	938	115,6%
Coreana	233	346	48,5%
Portuguesa	4.992	4.497	-9,9%
Outras latino americanas	900	1.389	54,3%
Outras asiáticas	205	230	12,2%
Outras nacionalidades	2.751	4.070	47,9%
Total	9.273.177	12.079.131	30,3%

Fonte: MTE / Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Portanto, observa-se que em geral a estrutura ocupacional no estado de São Paulo também melhorou de forma expressiva no período 2004-2009. Em relação ao comportamento do conjunto do país, observa-se que no estado alguns aspectos não apresentaram um comportamento tão positivo: o trabalho não remunerado aumentou, enquanto caiu no conjunto do país como reflexo principalmente da queda do trabalho agrícola. Essa elevação do trabalho não remunerado deve estar associada ao aumento do trabalho por conta própria que também foi maior no estado do que no conjunto do país. Assim, esses aspectos negativos devem ser relativizados, pois em São Paulo o trabalho por conta própria, em função do maior dinamismo econômico, da renda mais elevada e da maior diversificação da estrutura ocupacional encontra maiores possibilidades de expansão em atividades pouco mais estruturadas, de prestação de serviços as empresas e com rendimentos mais elevados do que no conjunto do país. No caso dos empregadores, ainda que o menor aumento desse grupo ocupacional em São Paulo possa estar indicando, num contexto de maior ritmo de crescimento econômico do país, um desempenho melhor em outras regiões do país, deve-se ressaltar que o crescimento maior dos empregadores não é garantia de melhoria da estrutura ocupacional, pois ele pode crescer mais como resultado de estratégias de sobrevivência. Assim, seria necessário o aprofundamento de estudos para afirmar categoricamente que nesse aspecto o comportamento do estado também foi pior do que o conjunto do país.

No que se refere ao trabalho doméstico, observa-se que no estado o comportamento foi mais positivo do que no conjunto do país, e esse movimento deve estar refletindo o fato de que em algumas regiões do país – como Nordeste e Norte – a infra-estrutura social é muito pior do que em São Paulo e a expansão da ocupação deve ter exigido a maior contratação de empregados domésticos em função, por exemplo, da menor rede de creches em outros estados mais pobres. No que se refere ao trabalho assalariado, observa-se no estado como aspecto muito positivo o maior ritmo de redução do assalariamento sem carteira, relativamente ao conjunto do país.

Já no caso do assalariamento formal, o desempenho em São Paulo ficou pouco abaixo do verificado para o conjunto do país e as características dessa

expansão mostram uma melhoria expressiva no estado, considerando sexo, idade, grau de escolaridade, porte do estabelecimento e ramos de atividade. Deve-se ainda destacar que sendo o estado mais industrializado e dinâmico da economia brasileira, nesse contexto de maior ritmo de crescimento econômico e de geração de empregos formais, o estado de São Paulo foi capaz de atrair um contingente expressivo de novos migrantes, especialmente da América Latina, que também encontraram ocupações no setor formal.

Por fim, considerando a evolução dos rendimentos, observa-se que em São Paulo o aumento foi menor do que no conjunto do país, o que sugere que a política de valorização do salário mínimo apresentou impactos mais positivos nos outros estados – principalmente do Nordeste, Norte e Centro-Oeste – que apresentam um rendimento médio mais próximo do piso e, portanto, mais suscetível as variações do salário mínimo.

3. Considerações Finais

Iniciando a partir de 1999, e tomando uma forma mais robusta durante os anos de 2004 a 2009, pudemos observar que o país mudou de maneira intensa a trajetória do mercado de trabalho que vinha desde os anos 1990. Em parte isso ocorreu devido a mudança na economia do país, com a maior interação do Estado nas políticas de investimento e planejamento, e, também, na condução de políticas sociais como com o aumento real do salário mínimo e com a garantia de uma renda mínima à algumas famílias com o programa Bolsa Família. Sobretudo, sabe-se que a melhora no cenário econômico, com o maior crescimento do produto interno, promoveu um ambiente favorável à geração de empregos, e, principalmente, à geração de empregos formais. Deste modo, pudemos observar que essa tendência positiva apresentou-se também no estado de São Paulo, embora em muitos aspectos num ritmo menor do que no conjunto do país.

Portanto, verificamos pelos dados da PNAD e da RAIS que o mercado de trabalho no estado de São Paulo de 2004 a 2009 se mostrou muito dinâmico, havendo um crescimento da PEA e da ocupação maior do que no Brasil como um todo. Mesmo com o aumento da taxa de participação maior no estado do que no país, a taxa de desocupação caiu relativamente mais em São Paulo do que no País, porém o desemprego ainda era, em 2009, maior no estado.

Em São Paulo, ocorreu um expressivo crescimento do emprego assalariado em estabelecimento, dos ocupados como empregadores e dos empregados domésticos, embora em ritmo menor do que no conjunto do país, e também houve um crescimento maior dos ocupados como conta própria, provavelmente refletindo a maior diversificação da estrutura ocupacional e de maiores rendimentos do estado. Os ocupados não remunerados reduziram-se no país, enquanto em São Paulo ainda persistiu o crescimento destes. Justificamos isso, em parte, ao fato de essa redução no país ter se dado mais no meio rural, e sendo São Paulo mais urbano esse contingente foi menos afetado no estado.

Com base nos dados vimos, também, que o emprego formal e os rendimentos por ele gerados cresceram proporcionalmente menos em São Paulo do que no Brasil, porém vimos que o emprego sem registro em carteira de trabalho diminuiu

mais no estado. Os contribuintes para algum instituto de previdência também cresceram menos no estado do que no país apesar de São Paulo ter mais contribuintes em relação a população ocupada. No âmbito privado do emprego formal, nos setores mais dinâmicos em termos de geração de empregos São Paulo obteve maior crescimento de empregos que o Brasil, com exceção para o setor de construção. Nos setores menos dinâmicos o desempenho de São Paulo foi pior do a média nacional.

A partir dos dados da RAIS vimos um forte crescimento do emprego formal em todos os setores, com destaque para a construção civil, tendo, porém, a indústria calçadista reduzido seu número absoluto de empregados. Ademais, percebemos um aumento do grau de instrução dos empregados no estado de São Paulo e um aumento na faixa etária, significando um envelhecimento da população ocupada. Também observamos um aumento da contratação nas grandes empresas, o que havia reduzido durante a década de 1990. Acrescenta-se ao estudo, ainda, a constatação de que os imigrantes que mais cresceram em número de empregados foram os chineses, coreanos, sul americanos, os canadenses e britânicos.

Portanto, concluímos que no período houve uma grande melhora no mercado de trabalho paulista. Contudo, em alguns pontos importantes como a evolução do emprego formal, da renda média, do número de contribuintes a previdência, do trabalho não remunerado e por conta própria o desempenho do estado de São Paulo mostrou-se inferior ao observado para o conjunto do país. Entretanto, esses resultados também estão apontando que outros estados/regiões apresentaram avanços em ritmos mais acentuados que o estado de São Paulo, o que é um aspecto positivo, considerando as enormes diferenças em termos de estrutura ocupacional e de rendimentos que separa essa unidade da federação das demais. Assim, pode-se concluir que o recente padrão de melhoria do mercado de trabalho brasileiro também contribuiu para reduzir algumas das profundas desigualdades regionais historicamente verificadas no país e que a manutenção dos determinantes das melhorias do mercado de trabalho brasileiro, especialmente do maior ritmo de crescimento econômico e das políticas públicas voltadas para o trabalho, são compatíveis com a melhoria da estrutura ocupacional do estado de São Paulo e, ao mesmo tempo, com a melhoria da estrutura ocupacional de regiões mais atrasadas – como o Norte e Nordeste – e, portanto, também com as melhorias expressas pela

redução das desigualdades regionais do mercado de trabalho brasileiro.

Referências

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, Marcelo; WILNES, Henrique (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp / Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

BALTAR, Paulo E. de A. ; SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari ; LEONE, Eugênia T.; PRONI, Marcelo W.; MORETO, Amilton; MAIA, Alexandre G.; SALAS, Carlos, **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**, Global Labour University Working Papers, n.9, Maio, 2010.

BALTAR, Paulo E. de A.; SANTOS, Anselmo Luís dos; GARRIDO, Fabiano L.; PRONI, Marcelo W., **Projeto PIB – Estudo Transversal III: Estrutura do emprego na renda**, Campinas, Unicamp, 2009.

BALTAR, Paulo E. de A.; KREIN, José. Dari.; MORETTO, Amilton . O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, Unicamp. IE. Cesit, n. 3, jan./abr., 2006.

Banco Central do Brasil, *Relatório de Estabilidade Financeira*, outubro de 2009, disponível em: www.bcb.gov.br

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo, Boitempo, 2010.

CARNEIRO, Ricardo; **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**, São Paulo; Campinas, SP, Editora UNESP: Unicamp-IE, 2002.

CARNEIRO Ricardo, **Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva**, Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 153, nov. 2008

SANDRONI, Paulo. (Org.); **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo, Best Seller, 1999.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano; O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990, ***Economia e Sociedade, Campinas***, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira, Entendendo a crise do subprime, ***Visão do Desenvolvimento***, BNDES, nº 44, jan. 2008.

TORRES FILHO, Ernani T.; JÚNIOR, Gilberto R. B. A crise do subprime ainda não acabou, ***Visão do Desenvolvimento***, BNDES, nº 50, jul. 2008.

WILLIAMSON, John, Reformas Políticas na América Latina na década de 80, ***Revista de Economia Política***, vol. 12 nº 1 (45), jan./mar. 2002.